

## Universidades baianas podem sofrer estrangulamento

Depois de uma greve de quase 70 dias em 2011, em que os professores das universidades estaduais baianas venceram o governo Jaques Wagner (PT) na questão do que chamaram de “cláusula da mordaza”, o governo continua atacando o movimento docente. O governo já adiantou ao conselho de reitores que irá apresentar em breve um projeto de lei para “regulamentar” a autonomia administrativa e financeira que, em termos práticos, criará uma subvinculação do repasse orçamentário para as universidades, limitando a 5% da receita corrente líquida do Estado. Para o coordenador geral do sindicato docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (Adufs), Gean Santana, no caso desse projeto vir a ser apreciado e aprovado pela Assembleia Legislativa, isso poderá significar o estrangulamento orçamentário das instituições, que somam quatro no total: Uneb (Universidade Estadual da Bahia); Uefs (Universidade Estadual de Feira de Santana), Universidade do Sudoeste da Bahia (Uesb) e Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

Conforme o dirigente da Adufs, os cálculos efetuados pelo movimento docente da Bahia dão conta que um percentual mínimo para satisfazer as necessidades do setor seria de 7%. Segundo Santana, a subvinculação pode ser uma faca de dois gumes, pois no momento em que a arrecadação orçamentária cair, o repasse para as universidades também sofrerá redução. Atualmente, destaca ele, o repasse tem sido próximo a 5% da receita líquida (4,7% a 4,8%). Questionado sobre os motivos que levariam o governo petista baiano a propor tal alteração, o dirigente da Adufs é taxativo: “é uma forma de o governo economizar com a educação e assim ter mais recursos para aplicar em infraestrutura, como estradas, por exemplo, que beneficiam diretamente os setores mais poderosos, como é o caso do agronegócio”. Gean Santana avalia que para o início do semestre letivo esse tema deve ser gerador de mais um embate entre a categoria e os gestores do estado..

**Fonte:** Sedufsm - Seção Sindical

## Prato do Restaurante Universitário da UESC aumenta para R\$ 5,20



Em reunião com a Pró-Reitoria Administrativa (PROAD) na manhã da última quarta-feira, 08/02, a ADUSC foi informada que a partir do dia 27 de fevereiro o preço do prato servido no Restaurante Universitário da instituição aumentará para R\$ 5,20. O valor da refeição subsidiada (R\$1,00) e a quantidade disponi-

bilizada (450 por dia) para os estudantes de graduação permanecerão os mesmos. Segundo comunicado enviado pela Reitora Adélia Pinheiro a razão para o aumento do valor é a necessidade da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato entre a UESC e a empresa LA IN COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, concessionário do prédio do Restaurante Universitário, que se mantém inalterado há 3 anos.

# Governo Wagner confirma reajuste linear de 6,5% para os servidores

Segundo notícias divulgadas na imprensa, o Governador Jacques Wagner confirmou o reajuste linear para os servidores públicos da Bahia com o mesmo índice de 2011, que foi de 6,5%. Entretanto, não se sabe quando ele será efetivamente pago, pois ainda precisa ser votado na Assembléia Legislativa, após o reinício das atividades neste mês de fevereiro. Com esse índice, os servidores não têm algum ganho real, mas apenas a reposição da perda inflacionária do ano passado. Para os docentes das Universidades estaduais, resta, ainda, aguardar a incorporação de mais 8% da CET ao salário-base, prevista para o mês de março próximo, de acordo com o Acordo Salarial conquistado com a última greve. Já o anunciado Projeto de Lei (PL) sobre a autonomia das Universidades estaduais da Bahia (UEBA), desde setembro

do ano passado, só deve ser apresentado à comunidade acadêmica, através dos reitores, no final de fevereiro, de acordo com o coordenador da CODES (Coordenação de Desenvolvimento da Educação Superior), Clovis Caribé. Usando como desculpa a produção deste PL e o argumento de que ele “resolverá todos os problemas das UEBA”, o governo continua descumprindo o Termo de Compromisso assinado ao final da greve do ano anterior. As reuniões para discutir os impactos do Decreto 12.583/11 continuam suspensas. “O governo pretende legalizar o estrangulamento orçamentário através do PL de autonomia. Não vamos aceitar mais esse ataque as UEBA”, destaca o coordenador da Adufs, Gean Santana.

Fonte: Ascom ADUFS

# Artigos para edição 50 da Universidade e Sociedade serão recebidos até 30/4

Com o tema central “A garantia da Educação Pública e dos Direitos Sociais dos Trabalhadores”, a próxima edição da revista Universidade e Sociedade recebe, até o dia 30 de abril, os artigos, que serão selecionados para compor a publicação. O número 50 da revista, editada pelo ANDES-SN, será lançado no 57º Conad, que acontece em junho, na cidade de Parnaíba, no Piauí. As contribuições poderão ser enviadas a partir da última semana de março, quando o sistema OJS estará implementado no site do ANDES-SN. “O sistema que qualifica o anonimato de autores e avaliadores e já é usado por várias publicações”, explica Laura Fonseca, da editoria executiva da revista e 1º vice-presidente da Regional RS do ANDES-SN. Sobre a escolha do tema, Laura destaca que está relacionado ao plano de lutas do Sindicato Nacional. “A temática da revista tem procurado repercutir aquela que, sendo eixo do evento anterior, sistematiza nossas lutas

para o tempo seguinte, semestre em que está sendo produzida a revista”, explica. A 50ª edição da Universidade e Sociedade dará continuidade à divulgação dos ensaios fotográficos sobre a expansão nas Instituições de Ensino Superior (IES). “Solicitamos o cuidado com ‘clareza’ das imagens e a inserção de créditos explicitando a que refere e quem fotografou. Como o ensaio trata da expansão, podem ser enviadas fotos de IES dos três setores, embora o que tenhamos recebido seja das Ifes/Reuni. Temos escolhido jornalistas de seções sindicais para assinar os ensaios, então a composição fica a cargo deles”, explicou a diretora do ANDES-SN. A editoria executiva da revista tem sede no escritório da regional São Paulo do ANDES-SN. Mais informação sobre a publicação e a padronização dos textos pode ser obtida através do telefone (11) 3061-3442 e do e-mail [andesregsp@uol.com.br](mailto:andesregsp@uol.com.br).

Fonte: ANDES-SN

## **Moção de apoio da CSP-Conlutas-BA à greve da PM da Bahia**

A coordenação estadual da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular, reunida no dia 04 de fevereiro de 2012, vem manifestar seu irrestrito apoio à greve dos Policiais Militares da Bahia. A greve é justa pelo fato de que as reivindicações dos grevistas são de amplo conhecimento do governo estadual há muito tempo, sem, no entanto, haver nenhuma ação prática da parte do governo para atender as demandas da categoria. O mesmo descaso que o governo estadual tem demonstrado com a categoria dos policiais e com a segurança pública no estado também se repete em outras categorias e áreas, como na saúde e educação, por exemplo. Ilegal é a postura do governo Wagner que não paga a URV aos policiais militares e a todos os servidores públicos estaduais mesmo com determinação judicial para tal. Também é ilegal não cumprir acordos fechados com as categorias, como tem sido a prática deste governo. A greve da PM mostra a necessidade não apenas da recomposição salarial da categoria, mas de uma mudança da corporação que inclua a desmilitarização e o direito à sindicalização dos policiais.

Por fim, a CSP-Conlutas, como uma central sindical e popular que reúne diversas entidades de organização e luta dos trabalhadores, aproveita a greve da PM para dialogar com os grevistas sobre qual deve ser o papel da polícia frente aos movimentos sociais. Hoje os policiais estão em greve e buscam o apoio da população para o seu movimento legítimo. Buscam o apoio dos rodoviários, comerciários, bancários, professores, estudantes, servidores públicos e de toda a população. Assim como a greve da PM é justa e não deve ser tratada como crime, mas como um direito, todas as greves e lutas dos outros trabalhadores são justas e não devem ser reprimidas pela PM. Em uma ocupação de terra ou de imóvel por trabalhadores que lutam por emprego, salário e moradia, a polícia não deve reprimir o movimento, como ocorreu na violenta e desumana desocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos-SP. A mesma insubordinação, corajosa e legítima, que faz com que os companheiros hoje estejam paralisados e reunidos em frente à Assembleia Legislativa, também deve estar presente quando as outras categorias estiverem lutando, interrompendo as vias da cidade e ocupando prédios públicos e terrenos abandonados. Só é possível que as reivindicações de todos os trabalhadores sejam atendidas – inclusive a dos policiais – se estivermos unidos e que a polícia sirva para combater a criminalidade e não os movimentos sociais.

É por isso que a CSP-Conlutas reafirma seu apoio irrestrito à greve da PM da Bahia, porque somos todos trabalhadores.

Viva a greve da PM da Bahia! Viva a luta de todos os trabalhadores! Até a vitória!

**Salvador, 04 de fevereiro. Coordenação Estadual da CSP-Conlutas-BA**